



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Superintendência Regional de Meio Ambiente – Sul de Minas

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA -
TAC QUE O EMPREENDEDOR LAVANDERIA
NOVA LUZ LTDA ME – LAVANDERIA NOVA
LUZ LTDA ME, FIRMA PERANTE O ESTADO
DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL, NESTE ATO
REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DO SUL DE
MINAS.**

LAVANDERIA NOVA LUZ LTDA ME, estabelecida no município de Toledo - MG, Estado de Minas Gerais, na estrada municipal, sem nº, bairro Campestre, CEP: 37.630-000, inscrita no CNPJ sob o nº: 12.034.713/0001-55, neste ato representada por sua sócia-proprietária **IVONI MARISA BARCELLOS PETERLI**, brasileira, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade [REDACTED] inscrita no CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado à [REDACTED] na cidade de Vila Velha-ES e, **MARCÍLIO DOS REIS RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, empresário, portadora da cédula de identidade [REDACTED] inscrita no CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado à [REDACTED] na cidade de Barueri-SP, doravante denominados Compromissários, firma o presente Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, título executivo extrajudicial, conforme art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, c/c art. 784, inciso II do Novo Código de Processo Civil, perante o **Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD**, nos termos da Lei Delegada nº 180, de 20 de Janeiro de 2011, com sede em Belo Horizonte, inscrita no CNPJ sob o nº 00957404/0001-78, neste ato representada pelo Diretor Regional de Regulação Ambiental, Sr. Cezar Augusto Fonseca e Cruz, CPF nº [REDACTED] MASP nº 1.147.680-1-3, conforme delegação de competência contida na Resolução SEMAD Nº 2.751, de 16 de Janeiro de 2019 c/c Resolução SEMAD RESOLUÇÃO SEMAD Nº 2544, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017, com sede na Avenida Manoel Diniz nº. 145, Bairro Industrial JK, no Município de Varginha/MG, doravante denominada Compromitente.

CONSIDERANDO que o dever das autoridades ambientais devidamente constituídas é o de coibir atos lesivos ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que os Compromissários objetivam regularizar a atividade de “lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos”.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Sul de Minas

CONSIDERANDO tratar-se de atividades lícitas, passíveis de regularização ambiental perante o Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA.

CONSIDERANDO que o Empreendimento foi signatário de um termo de ajustamento de conduta – TAC anteriormente junto à SUPRAM Sul de Minas, e, que, por força do referido termo restou consignado que este teria 120 (cento e vinte dias) para a formalização do processo de Licença de Operação Corretiva conforme FOB 0617496/2018.

CONSIDERANDO que a despeito da obrigação firmada junto ao poder público no sentido de regularizar a atividade no que tange à questão ambiental, o Empreendedor manteve-se inerte, o que motivou a lavratura do Auto de Infração 117947/2019, de lavra da Polícia Militar Ambiental, considerando o embargo da atividade pelo descumprimento e consequente resolução do TAC anteriormente assinado.

CONSIDERANDO que diante da penalidade de Embargo das atividades o Empreendedor formalizou o Processo de Licença de Operação Corretiva PA nº 02372/2011/003/2019, solicitando novo termo de ajustamento de conduta.

CONSIDERANDO que a continuidade de instalação ou operação das atividades ou do empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo dependerá da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – junto ao órgão ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento, conforme §1º do art. 32 Decreto 47.383/18.

CONSIDERANDO que os Compromissários apresentaram Certidão da Prefeitura Municipal de Toledo – MG, asseverando que esta encontra-se em conformidade com as leis de uso e ocupação do solo atinentes ao município nos termos do art. 18 da DN 217/17, bem como art. 10 §1º da Resolução CONAMA 237/97.

CONSIDERANDO que esta Superintendência norteia suas ações pautada pelos princípios de Direito Administrativo (razoabilidade, eficiência, legalidade) e pelos princípios de Direito Ambiental (precaução, prevenção), sempre em busca do desenvolvimento sustentável.

AS PARTES FIRMAM O PRESENTE TERMO, NA MELHOR FORMA DE DIREITO, MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento a regularização provisória da ampliação das atividades exercidas pela Compromissária de lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos”, durante o prazo em que vigorar o presente TERMO, em consonância com parágrafo 9º do artigo 16 da Lei nº 7.772/1980 e o disposto parágrafo 1º do art. 32, do Decreto Estadual nº 47.383/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES E OBRIGAÇÕES GERAIS

Constituem disposições e obrigações gerais deste TERMO:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Superintendência Regional de Meio Ambiente – Sul de Minas

- I - O presente Termo não desobriga os Compromissários do cumprimento de obrigações anteriormente assumidas perante a Compromitente ou outros Órgãos;
- II - Os Compromissários obrigam-se a atender todas as requisições do Órgão ambiental no curso do processo administrativo de Licenciamento a ser formalizado e no cumprimento do presente TAC, dentro do prazo fixado para cumprimento da mesma;
- III - O advento de lei mais benéfica ao meio ambiente obrigará os Compromissários a adaptar seu empreendimento às novas determinações;
- IV - Este compromisso não inibe ou restringe ação de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, da Polícia Militar do Meio Ambiente e nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas;
- V - A assinatura deste TAC não assegura a concessão do licenciamento ambiental, de Autorização para Exploração Florestal e Intervenção em Área de Preservação Permanente, bem como de outorga para uso de recurso hídrico;
- VI - Os Compromissários, dentro do prazo de validade deste TAC deverão realizar o programa de automonitoramento conforme ANEXO II constante neste documento. Deverá ser observado os prazos de encaminhamento ao órgão ambiental competente;
- VII - Os Compromissários comprometem-se a executar as medidas e condicionantes técnicas em relação à atividade degradadora e poluidora a que deu causa, de modo a cessar, ou corrigir os efeitos negativos sobre o meio ambiente, observando rigorosamente os prazos assinalados no Anexo I;
- VIII - Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E DAS SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Compromissária neste TAC implicará:

- a) Na aplicação da sanção administrativa prevista no código 109 do Decreto Estadual nº 47.383/2019.

PARÁGRAFO ÚNICO: A eventual inobservância pelos Compromissários de qualquer das obrigações e condições estabelecidas no presente TAC, desde que resultante de caso fortuito ou força maior, na forma tipificada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, não constituirá descumprimento do presente, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à COMPROMITENTE, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.



CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo de vigência previsto no “caput” poderá ser prorrogado através de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO JUDICIAL

A inexecução total ou parcial do presente TAC implica na sua rescisão de pleno direito e ensejará a sua remessa para a execução judicial das obrigações dele decorrentes, como TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, na forma do disposto pelo artigo 5º § 6º da Lei Federal nº. 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 784, inciso II do Código de Processo Civil, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DOCUMENTOS

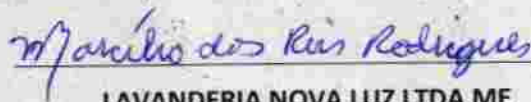
Todos os documentos referidos neste TAC, depois de rubricados pelos Compromissários e pela Compromitente, passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORO

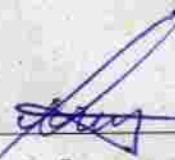
Fica eleito o foro da comarca de Varginha, Minas Gerais para dirimir as questões decorrentes do presente TAC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem devidamente compromissadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Varginha – MG, 18 de novembro de 2019.



LAVANDERIA NOVA LUZ LTDA ME



Cezar Augusto Fonseca e Cruz
Diretor Regional de Regularização Ambiental
Supram Sul de Minas

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**

Superintendência Regional de Meio Ambiente – Sul de Minas

ANEXO I**Condicionantes estabelecidas para LAVANDERIA NOVA LUZ LTDA ME**

Empreendedor: LAVANDERIA NOVA LUZ LTDA ME		
Empreendimento: LAVANDERIA NOVA LUZ LTDA ME		
CNPJ: 12.034.713/0001-55		
Município: TOLEDO - MG		
Atividades: "Lavanderias industriais para tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e higienização e lavagem de artefatos diversos"		
Códigos DN 217/17: F-06-02-5		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo/Frequência
1	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a Vigência do TAC
2	Apresentar análises conforme item 1 do anexo II	30 dias a contar da assinatura do TAC
3	Apresentar Projeto Técnico e Executivo de reuso do efluente industrial tratado, com cronograma de execução	30 dias a contar da assinatura do TAC
4	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a limpeza das canaletas e tubulações que transportam água do setor de lavagem até a ETE e manter as mesmas em boas condições.	Antes de voltar a operar e durante a vigência do TAC
5	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a obra de reparo nos pisos no setor de pesagem de insumos	30 dias a contar da assinatura do TAC
6	Enviar semestralmente, por meio do Sistema MTR-MG, Declaração de Movimentação de Resíduos – DMR, conforme art.16 da DN COPAM 232/2019, que diz: I – Até o dia 28 de fevereiro de cada ano deverá ser enviada, via Sistema MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de julho a 31 de dezembro do ano anterior; II – Até o dia 31 de agosto de cada ano deverá ser enviada, via Sistema	Durante a vigência da Licença Ambiental.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Superintendência Regional de Meio Ambiente – Sul de Minas

	MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de janeiro a 30 de junho do ano em curso.	
--	--	--



ANEXO II

Programa de Automonitoramento para LAVANDERIA NOVA LUZ LTDA ME

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e Saída da ETE Industrial.	Vazão, pH, sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis, DBO*, DQO*, surfactantes, óleos e graxas minerais, nitrogênio amoniacal total, sulfeto, fósforo total, cobre, níquel, zinco, cromo e ferro dissolvido.	1 vez por mês (Mensal)
Saída da ETE industrial	Toxicidade aguda - Daphnia similis. Os laudos deverão ser conclusivos quanto a toxicidade aguda (observado nos organismos) CE50/48h informando o nível de toxicidade encontrado e o Fator de Toxicidade.	1 vez a cada seis meses (Semestral)
No curso d'água, a montante e a jusante Ponto 1: 22°44'44"S 46°21'58"W Ponto 2: 22°44'44"S 46°22'00"W	pH, sólidos em suspensão, óleos e graxas, DBO, surfactantes, nitrogênio amoniacal total, sulfeto, fósforo total.	1 vez a cada três meses (Trimestral)

* O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

** Para as amostragens feitas no corpo receptor (curso d'água), apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Relatórios: Enviar mensalmente à Supram até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa conforme Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Efluentes Atmosféricos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Chaminé da Caldeira	Material Particulado e Monóxido de Carbono (CO)	Anual

Relatórios: Enviar, semestralmente, à Supram-SM, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Sul de Minas

profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM nº 187/2013 e na Resolução CONAMA nº 382/2006.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.